

A disciplina *Complementos de Matemática* no curso de pedagogia (1939-1961): o pedagogo como professor de matemática
**The discipline *Complements of Mathematics* in the Pedagogy Course (1939-1961):
The pedagogue as Mathematics teacher**

VIVIANE LOVATTI FERREIRA¹
LAURIZETE FERRAGUT PASSOS²

Resumo

Este artigo apresenta uma abordagem histórica acerca da disciplina Complementos de Matemática nos cursos de Pedagogia em sua primeira fase de existência (1939-1961). O objetivo foi investigar as origens da disciplina, os conteúdos e métodos propostos e seu papel na atuação profissional do pedagogo. A análise documental e a história oral foram utilizadas como recursos metodológicos. Fundamentando-se na história do currículo, a pesquisa dialogou especialmente com as ideias de Ivor Goodson ao compreender o currículo como construção social e investigar como e por que certo conhecimento é ensinado (ou não) em determinado contexto histórico. Criada com o objetivo de oferecer uma base conceitual da Matemática e auxiliar nos cálculos da Estatística Educacional, a disciplina Complementos de Matemática ampliou a área de atuação profissional do pedagogo, que obteve a licença para a docência em Matemática no primeiro ciclo do curso secundário.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia; História social das disciplinas; Complementos de Matemática.

Abstract

This article presents a historical approach of the discipline Complements in Mathematics in the Pedagogy courses in its first phase of existence (1939-1961). The objective was to investigate the origins of the discipline, the content and proposed methods and their role in the professional acting teacher. The oral history and documentary analysis were used as methodological resources. Basing on the history of curriculum, the research dialogued especially with the ideas of Ivor Goodson to understand the curriculum as a social construct and investigate how and why certain knowledge is (or is not) taught in a particular historical context. Created with the goal of providing a conceptual basis of mathematics and assist in the calculation of Educational Statistics, the discipline Complements of Mathematics brought an expansion to the professional area of the pedagogue, who obtained the license for Teaching Mathematics in first cycle of secondary education.

Keywords: Pedagogy Course; Social history of disciplines; Complements of Mathematics.

¹ Pós-doutoranda junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática (PUC-SP). Bolsista FAPESP. E-mail: vlovatti@usp.br

² Supervisora de estágio pós-doutoral. Professora assistente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática (PUC-SP). E-mail: laurizetefer@puccsp.br

Introdução

Com mais de 70 anos de existência, o curso de Pedagogia passou por algumas reformulações curriculares, e o perfil profissional do pedagogo foi sendo redefinido ao longo desse período. Este artigo faz parte de uma pesquisa de estágio pós-doutoral que teve como objetivo analisar o percurso histórico que a Educação Matemática assumiu nos currículos dos cursos de Pedagogia de instituições de ensino superior do estado de São Paulo (Universidade de São Paulo – USP –, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – e Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Unicamp) e identificar as disciplinas de formação matemática que foram relevantes para a trajetória do referido curso (1939-1999), bem como o papel que elas desempenharam na formação do pedagogo. Vale lembrar que a história do curso de Pedagogia da PUC/SP resulta da confluência das trajetórias de dois cursos: o curso de Pedagogia da FFCL “*Sedes Sapientiae*” e o curso de Pedagogia da FFCL “São Bento”, ambos criados na década de 1930. A oferta dos primeiros cursos de Pedagogia aconteceu em um momento histórico em que se travava um embate no campo educacional entre leigos e católicos durante a expansão do movimento da Escola Nova no Brasil. De forma intencional, buscou-se compreender como esses currículos foram construídos e que perfil profissional se almejava para o pedagogo naquele contexto.

O foco de atenção desse artigo volta-se para Complementos de Matemática, disciplina presente no currículo dos cursos de Pedagogia em sua primeira fase de existência (1939-1961), em que se investigaram as origens da disciplina, os conteúdos e métodos propostos e o papel desempenhado pelo profissional do pedagogo.

O campo de pesquisa que investiga a história das disciplinas escolares e acadêmicas é relativamente recente no Brasil e vem apresentando significativa produção nos últimos anos, estabelecendo-se por meio do diálogo entre a História da Educação e a História do Currículo (VILELA, 2011 et al.). Esse campo de pesquisa vem se apresentando como uma vertente da história da educação brasileira, alcançando êxito e ganhando espaço no meio acadêmico desde a década de 1970 com o processo das reformulações curriculares.

Pautando-se na história social das disciplinas, a base teórica da pesquisa amparou-se nas ideias de Ivor Goodson (1997, 2001) em razão de o autor buscar compreender como e por que certo conhecimento é ensinado em determinado contexto histórico, bem como o *status* da disciplina no currículo, além de investigar a razão pelas quais algumas áreas

do conhecimento são transformadas em disciplinas. GOODSON (1997) defende três ideias importantes: a) as disciplinas não são entidades monolíticas, sendo mutáveis por grupos e tradições que influenciam as mudanças; b) para consolidar-se no currículo, a disciplina parte de uma tradição pedagógica utilitária para uma acadêmica; c) a manutenção de uma disciplina no currículo envolve conflitos e lutas por parte de diferentes grupos que estão em busca de “*status*, recursos e território”. Enquanto alguns estudos tratam o currículo de forma atemporal, esse autor o compreende como um artefato sociocultural a ser analisado de forma ampla. A gênese de uma disciplina está relacionada à sua necessidade social imediata, isto é, suas origens e seu funcionamento devem ser entendidos de acordo com o contexto social da época.

A presença de uma determinada disciplina no currículo – bem como sua obrigatoriedade ou condição opcional – não está apenas relacionada a problemas didáticos ou epistemológicos, mas também articulada ao papel político que desempenha na conjuntura educacional. Sua manutenção (ou erradicação) no currículo deve-se à sua articulação com os objetivos da sociedade. As finalidades de uma disciplina podem sofrer alterações para atender a determinado público, voltando-se às necessidades sociais (BITTENCOURT, 2003).

Tomando como base os primeiros currículos dos cursos de Pedagogia do estado de São Paulo (USP, PUC-SP e Unicamp), a pesquisa contou com a análise documental e a história oral como recursos metodológicos. GOODSON (1997) confere importância às investigações sobre o currículo escrito nos estudos de História do Currículo. MACEDO (2001) destaca o documento como fonte crucial para a pesquisa histórica. No caso da análise documental, a legislação educacional, as grades curriculares, os programas de ensino e os anuários e relatórios de ensino foram coletados em bibliotecas e arquivos setoriais, permitindo uma averiguação acerca do currículo escrito. O estudo sobre a legislação educacional contribuiu para a compreensão das reformulações curriculares pelas quais passou o curso de Pedagogia, pois ela é uma prática ordenadora e instituidora, que expressa as lutas e os conflitos (FARIA FILHO, 1998). A análise dos programas de ensino foi fundamental para o entendimento dos conteúdos, abordagens metodológicas e bibliografias propostos para a disciplina em questão, considerando-se também a influência da cultura escolar na maneira como os eles foram efetivamente construídos. Também foram analisados alguns documentos disponibilizados no arquivo pessoal de uma professora entrevistada.

Trabalhar com história oral significou dar voz aos “atores sociais que vivenciaram

certos contextos e situações” (GARNICA, 2004, p. 155), sem, necessariamente, desprestigiar os documentos escritos. Além disso, a história oral foi concebida como uma técnica capaz de criar suas próprias fontes a partir da oralidade (GARNICA, 2010). A pesquisa recorreu às entrevistas realizadas com duas ex-alunas do curso de Pedagogia, de diferentes instituições: Bernardete Angelina Gatti cursou Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) entre 1959-1962 e Olga Thereza Bechara cursou Pedagogia na FFCL-Campinas (atual PUC-Camp) entre 1951 e 1954. Ambas lecionaram Matemática no ensino ginásial no início da carreira.

Formar especialistas e docentes: as origens do curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia vinha sendo planejado no meio educacional a partir das experiências renovadoras da USP, da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além da intervenção da Igreja Católica que visava à criação de uma Faculdade de Educação nos moldes católicos. Esse curso foi criado oficialmente no Brasil em 1939, estruturando-se “na esteira dos atos centralizadores baixados em plena vigência da ditadura de Vargas” (BRZEZINSKI, 2010, p. 40). Com origem na organização da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) – Decreto-lei n. 1.190/39 –, o curso de Pedagogia impôs-se como padrão federal para todas as instituições de ensino superior do país. Ao eleger a pesquisa como eixo norteador, a FNFfi visava ao aperfeiçoamento da ciência, e a formação de professores se apresentava como finalidade secundária, como o propósito prioritário de suprir a carência de professores no ensino secundário (BRZEZINSKI, 2010).

Criado a partir de um currículo composto de onze disciplinas, esse curso foi concebido como um bacharelado, semelhante aos demais da referida instituição, e sua função primordial era formar técnicos para atuar nos cargos administrativos. Com três anos de duração, seu currículo oferecia Complementos de Matemática (1º ano), História da Filosofia (1º ano), Sociologia (1º ano), Fundamentos Biológicos da Educação (1º ano), Fundamentos Sociológicos da Educação (2º ano), Estatística Educacional (2º ano), Educação Comparada (3º ano) e Filosofia da Educação (3º ano). Outras disciplinas ocupavam um espaço maior na carga horária do curso, sendo oferecidas em mais de um ano letivo, como as de História da Educação (2º e 3º anos) e Administração Escolar (2º e 3º anos). A Psicologia Educacional marcou presença em todos os anos do curso. Nos

casos de Psicologia e Biologia, houve uma apropriação dessas ciências de forma instrumental, pois elas serviriam de suporte para iniciativas nas áreas política, econômica e educacional (MONARCHA, 1992).

De acordo com a composição curricular dos cursos oferecidos pela FNFi (Decreto-lei n. 1.190), algumas disciplinas de Pedagogia também eram oferecidas em outros cursos de graduação, como foi o caso de História da Filosofia e Sociologia, presentes em Filosofia e Ciências Sociais, e Ciências Sociais e Filosofia, respectivamente.

Outra função de destaque do curso de Pedagogia foi a formação de professores para as Escolas Normais. O Curso de Didática tinha duração de um ano e era composto por seis disciplinas (Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação). Tal estrutura de ensino ficou conhecida como “esquema 3+1”, surgindo, então, o conceito de *licenciado*: o bacharel que cursava o grupo de disciplinas do curso de Didática, obtendo a *licença* ao magistério secundário e diplomando-se pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (CASTRO, 1973).

A organização dos cursos da FNFi apoiava-se na concepção de que a formação docente se justapõe ao bacharelado por meio da oferta das disciplinas pedagógicas, sem nenhuma integração com o curso de bacharelado, uma vez que essa instituição foi organizada em diferentes seções, fato que impedia a unificação entre as diferentes áreas de conhecimento. A aprovação de uma nova legislação ocorrida dois anos após a organização da FNFi determinou que o curso de Didática não poderia ser feito em concomitância com outro curso de bacharelado, reforçando a dualidade bacharelado *versus* licenciatura: “A partir do ano escolar de 1942, os alunos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não poderão realizar o curso de didática simultaneamente com qualquer dos cursos de bacharelado” (BRASIL. Decreto-lei n. 3.454/41). Prevalencia a concepção da cultura *bacharelesca*, em que o domínio dos conteúdos científicos era suficiente, fortalecendo a formação docente apoiada em uma complementação pedagógica, ignorando-se, assim, as complexidades e especificidades que estavam por trás dessa questão (PASSOS, 2005).

Em sua fase inicial, o curso de Pedagogia foi marcado pelo caráter tradicional, com predomínio de aulas expositivas, trabalhos de interpretação de textos, provas escritas e orais, apoiando-se na multiplicidade teórica centrada nos estudos clássicos de educação e em bibliografia predominantemente estrangeira. O curso teve o objetivo de impulsionar a formação de pesquisadores em todo o país (CRUZ, 2008).

O caráter tradicional desse curso veio à tona a partir dos depoimentos das professoras entrevistadas. Os estudos clássicos da educação aparecem nos depoimentos quando as depoentes retratam o currículo do curso de Pedagogia:

Eram muitas disciplinas! Agora eu não vou lembrar toda a sequência, mas, no 1º ano, nós tínhamos Psicologia Geral, Introdução à Filosofia, Complementos de Matemática, Biologia Geral e Sociologia. Então, era Sociologia Geral, Filosofia, Psicologia Geral e Experimental, Biologia e Complementos de Matemática. Era um curso pesado, para falar bem a verdade. No segundo ano, a gente entrava com Biologia Aplicada à Educação, Psicologia do Desenvolvimento, Administração escolar, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e, no 3º ano, continuava com Psicologia da Educação (que era dada nos três anos). Quanto à Psicologia, no segundo ano, estudava-se Desenvolvimento e, no 3º ano, era Aprendizagem. E Orientação Educacional que tinha no 3º ano e, no 4º ano, como [disciplina] optativa. Aí vinham as práticas: Metodologias e Práticas de Ensino (GATTI, 2012, p. 2).

Eu me lembro muito bem que no 1º ano nós tínhamos Biologia Educacional. Tínhamos História da Filosofia, com um ótimo professor. Havia Psicologia. Tinha Sociologia. E como faculdade católica, nós estudávamos duas áreas que as faculdades públicas não tinham: Iniciação Filosófica e a outra era Cultura Religiosa. Em cada ano letivo, era estudado um ângulo dessa Cultura Religiosa (apologética, moral e direito canônico). Tive Psicologia em todos os anos (do 1º ao 3º ano com Enzo Azzi). Os alunos da Filosofia estudavam junto com o pessoal da Pedagogia. Algumas cadeiras a gente estudava juntos. Era o caso da Psicologia Educacional [...] Ah... Outra coisa maravilhosa que eu tive: História da Educação, dada por um padre alemão (Antonio Thill). Eram duas cadeiras dadas por ele: História da Educação e Filosofia da Educação. Suas aulas eram uma maravilha! Também tive Administração Escolar. Biologia era dada por um professor da Escola Normal de Campinas. Tive Sociologia e Sociologia Educacional (BECHARA, 2012, p. 3-4).

Para GATTI (2012) e BECHARA (2012), a prática das instituições que ofereceram os primeiros cursos de Pedagogia envolvia o estudo de línguas estrangeiras para o acompanhamento da leitura dos textos que, em geral, apresentavam-se em inglês ou francês. Na instituição confessional, eram oferecidas disciplinas de Iniciação Filosófica e Cultura Religiosa nos cursos de graduação, confirmando os estudos de ANDREOTTI (2006) quando afirma que os católicos pregavam uma educação escolar por meio da doutrina religiosa, enquanto os renovadores defendiam a laicidade e a gratuidade do ensino. De todo modo, os professores estrangeiros traziam em sua bagagem conhecimentos e práticas escolares que acabaram sendo incorporados à formação da primeira geração de pedagogos.

Em sua fase inicial, o curso de Pedagogia teve a dupla função de formar bacharéis³ e

³Os cargos de técnico de educação do Ministério da Educação seriam preenchidos por candidatos que

professores, fato que colaborou para o surgimento da tensão acerca do perfil identitário do pedagogo (CHAVES, 1981; COELHO, 1987; MENDONÇA, 1981; GATTI, 1993; LIBÂNEO, 1996; BRZEZINSKI, 2010; SILVA, 1999). Essa tensão foi criada, principalmente:

(...) pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica a serem realizadas por esse bacharel e, de outro lado, pelo caráter exclusivamente generalista das disciplinas fixadas para sua formação. Outro foco de tensão é o relativo à separação bacharelado-licenciatura, refletindo a nítida concepção dicotômica que orientava o tratamento de dois componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método. Essa maneira de introduzir os estudos superiores de educação deixou profunda marca na Faculdade de Filosofia, tornando-se a maneira usual de desenvolvê-la até os dias atuais. Por fim, a exclusão de didática geral e especial da formação do bacharel em pedagogia torna a identidade desse profissional ainda mais obscura (SILVA, 1999, p. 13).

Embora o curso de Pedagogia visasse à formação de técnicos para atuação em cargos administrativos, a de professores para as Escolas Normais foi sua grande função, tendo em vista o aumento do número de Escolas Normais em consequência da demanda pela escolarização nas primeiras décadas do século 20.

Complementos de Matemática: a formação matemática do pedagogo

Na fase inicial (1939-1961), o curso de Pedagogia apresentou na grade curricular duas disciplinas relacionadas à formação matemática: Complementos de Matemática (1º ano) e Estatística Educacional (2º ano). De acordo com a legislação que organizou a FNFi (Decreto-lei n. 1.190/39), a disciplina Complementos de Matemática foi proposta para os primeiros anos dos cursos de bacharelado em Pedagogia, Ciências Sociais e Química. Os professores de Complementos de Matemática eram, predominantemente, graduados em Matemática⁴ e vinculados aos Departamentos de Matemática de suas instituições.

possuíssem o diploma de bacharel em Pedagogia. Tal medida entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1943, ano em que o país teria seus primeiros pedagogos formados pelas Faculdades de Filosofia (BRASIL. Decreto-lei n. 1.190/39).

⁴ Nos Anuários da FFCL-USP e FFCL-Sedes Sapientiae (anos 1940 e 1950), Fernando Furquim de Almeida aparece como docente responsável da disciplina Complementos de Matemática. Fernando Furquim de Almeida (1913-1981) graduou-se em Matemática pela FFCL-USP em 1936. Em 1937, o professor italiano Luigi Fantappiè o indicou para reger a cadeira de Complementos de Matemática na FFCL-USP. Foi um grande colaborador na PUC-SP, sendo um dos professores pioneiros do curso de Matemática e também um dos idealizadores do Programa de Pós-graduação em Matemática nos anos 1970. Introduziu a prática de realização de seminários e, com isso, atraiu professores interessados em estudar Matemática. Membro da Sociedade de Matemática de São Paulo, ministrou diversos cursos ao longo de sua carreira

A análise dos programas de ensino das primeiras instituições que ofereceram cursos de Pedagogia (USP, PUC-SP e PUC-Camp) revela que a disciplina Complementos de Matemática (1º ano) estaria a serviço da disciplina Estatística Educacional (2º ano), servindo de base conceitual para facilitar a aprendizagem dos cálculos estatísticos. O programa da FFCL-USP traz alguns tópicos de Matemática do atual ensino médio, incluindo probabilidades, funções e geometria analítica, e também alguns conteúdos do ensino superior da disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, tais como limites, derivadas e integrais, conteúdos raramente vistos nessa etapa da educação (USP, 1943). No programa da FFCL-Sedes Sapientiae (PUC-SP), os conteúdos apresentados referem-se ao ensino médio atual, tais como probabilidades, funções, incluindo-se, também, as exponenciais e logarítmicas, e geometria analítica. Nesse programa não aparecem derivadas e integrais (ANUÁRIO DA FFCL-SEDES SAPIENTIAE, 1943). O objetivo da disciplina seria “facilitar os cálculos da cadeira de Estatística” (ANUÁRIO DA FFCL-SEDES, 1946, p. 119), incluindo “revisão das operações fundamentais; sistemas de equações lineares; elementos de geometria analítica; constantes e variáveis; funções; gráficos; derivadas e diferenciais; integral e cálculo de áreas” (ANUÁRIO DA FFCL-SEDES, 1946, p. 119).

Nos anos 1950, o programa de Complementos de Matemática da FFCL-USP previa: arranjos, combinações e permutações simples e com repetição; binômio de Newton; determinantes; equações lineares; coordenadas de um ponto em um plano; distância de dois pontos; equação da reta; posições particulares; problemas; lugares geométricos; coordenadas de um ponto no espaço; distância de dois pontos; equação do plano; posições particulares; problemas; reta no espaço; generalidades sobre funções; limites; derivadas e diferenciais; máximos e mínimos; pontos de inflexão; concavidade e convexidade; gráfico de uma função; sucessões; séries numéricas; noção sobre integral definida e indefinida; cálculo de áreas; integral imprópria; noção sobre derivada parcial (USP, 1953).

A respeito da disciplina Complementos de Matemática, GATTI (2012) ressalta:

Quem deu foi o professor [João Batista] Castanho, que era da Matemática. Ele começou dando uma espécie de súmula do que era dado no [curso] colegial, no ensino médio. Ele dava Logaritmos, Trigonometria, Álgebra, Matrizes... Toda essa parte que era dada no colegial e que, em parte, eu já tinha visto. Então, ele dava no 1º ano um compacto (GATTI, 2012, p. 3).

(ZICCARDI, 2009).

Segundo GATTI (2012), a disciplina não chegava a avançar em conteúdos de Cálculo, resumindo-se em uma revisão daqueles do curso colegial.

Um programa de ensino da FFCL-Campinas (1951) apresenta a revisão de conteúdos do curso colegial e também a introdução a elementos de Cálculo: revisão de programa; equação do 2º grau; trinômio do 2º grau; equações redutíveis ao 2º grau: equações biquadradas e irracionais; problemas do 2º grau; sistemas do 2º grau; progressões aritméticas; progressões geométricas; logaritmos; análise combinatória; ângulos; perpendiculares e oblíquas; triângulos; paralelas: a soma dos ângulos de um triângulo; quadriláteros; polígonos: ângulos e diagonais; a circunferência; a medida dos ângulos; problemas gráficos; linhas proporcionais; homotetia; semelhança; relações numéricas na circunferência; relações numéricas no triângulo; inscrição de polígonos regulares; áreas; comparação de áreas; geometria no espaço; noções de trigonometria; noções de geometria analítica; noções de cálculo diferencial; noções de cálculo integral; séries (PROGRAMA DE ENSINO DE COMPLEMENTOS DE MATEMÁTICA, 1951). Sobre esse programa de ensino, BECHARA (2012) comenta:

Eu tive Complementos de Matemática no 1º ano, e tive Estatística Educacional nos 2º e 3º anos. Em Complementos de Matemática, eu estudei derivadas, integral, e o professor de Campinas que dava aula no curso de Pedagogia era o professor que dava Cálculo para o curso de Matemática: Paulo da Silva Pinheiro. Ele era professor do curso de Matemática da Faculdade de Campinas. Estudávamos derivada, integral, trigonometria, análise combinatória... Ele fazia uma revisão de conteúdos. Muita coisa eu já sabia, e muita coisa eu aprendi. Mas derivada e integral, eu não me lembro mais. Ele dava um pouco de função, limite (BECHARA, 2012, p. 4 e 5).

De acordo com GATTI (2012) e BECHARA (2012), a disciplina era difícil para a maioria dos alunos do curso de Pedagogia, que a cursavam com dificuldade. As duas depoentes auxiliavam os colegas de classe na resolução dos problemas em sala de aula. A análise dos programas indica que a disciplina apresentava como proposta a criação de uma base conceitual para a formação do pedagogo, que estudaria, mais adiante, a Estatística, apoiando-se na formação de uma “cultura geral e desinteressada”, de acordo com os objetivos sugeridos para a FNFi (BRASIL. Decreto-lei n. 1.190/39). Nesse sentido, percebe-se a institucionalização de saberes matemáticos em torno dessa disciplina, inserida no contexto da época. De acordo com GOODSON (2001), as mudanças curriculares elegem certos saberes em detrimento de outros, e a disciplina Complementos de Matemática surgiu no amálgama de forças de grupos e subgrupos e de tradições e concepções disseminadas. Essas forças foram influenciando as mudanças

curriculares, dando ao curso de Pedagogia um caráter de formação matemática. O pedagogo passou, assim, a contar com funções a ele atribuídas a fim de suprir as necessidades sociais da época.

A atuação profissional do pedagogo

Dados do Ministério da Educação revelam uma crescente demanda pelos ensinos secundário e profissional no Brasil entre os anos 1930 e 1970. Em 1935, havia um total de 155.770 matrículas no ensino secundário. Em 1940, esse número subiu para 260.202. Em 1950, chegou a atingir 557.434 matrículas. Após uma década (1960), isso duplicou (1.177.427), sendo que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentavam, respectivamente, os maiores números de matrículas no ensino secundário (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1965).

Buscando suprir à demanda da falta de professores para atuação no ensino secundário, principalmente em cidades do interior onde havia grande carência de professores licenciados, o governo federal implementou a Portaria n. 478/54, que trouxe nova regulamentação ao registro dos professores licenciados por Faculdades de Filosofia. A medida envolveu todos os cursos de licenciatura das Faculdades de Filosofia, delimitando as disciplinas que os docentes poderiam lecionar no curso secundário.

Embora a finalidade primordial do curso de Pedagogia fosse a formação de técnicos educacionais e professores para as Escolas Normais, a partir de 1954 o pedagogo recebeu uma licença especial para lecionar disciplinas no curso secundário. Ao pedagogo foi permitido lecionar três disciplinas: Filosofia (ensino colegial), História Geral e do Brasil (ensinos ginásial e colegial) e Matemática (ensino ginásial). Desse modo, a aprovação da Portaria n. 478/54 voltou-se, essencialmente, ao atendimento da crescente demanda do ensino secundário no país.

Figura 1: Certificado de registro de professor licenciado por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Disciplinas	Nível
Filosofia	2º
Hist.Geral e do Brasil	1º e 2º
Matemática	1º
-	-

Rio de Janeiro 16 / 9 / 1958

Adriana de Souza Lima
Diretor do Ensino Secundário

Fonte: Arquivo pessoal de Olga Thereza Bechara

De acordo com a Portaria n. 478/54, os licenciados em Ciências Sociais obtiveram a mesma licença que aqueles em Pedagogia, podendo lecionar as mesmas disciplinas para os mesmos níveis de ensino. Os licenciados em Química obtiveram a licença para lecionar Matemática no curso ginásial. A docência no curso secundário pelos licenciados em Faculdades de Filosofia estava atrelada às disciplinas cursadas por eles no curso de bacharelado. Desse modo, o que permitia a licença para a docência em Matemática no ensino ginásial aos licenciados em Pedagogia, Ciências Sociais e Química era a presença da disciplina Complementos de Matemática no currículo de bacharelado. O currículo de Pedagogia também oferecia as disciplinas de História da Filosofia, Filosofia da Educação e História da Educação, fornecendo uma base conceitual ao pedagogo para a docência em História e Filosofia no curso secundário.

Durante o período em que foi aluna do curso de Pedagogia da FFCL-Campinas, a professora Olga Bechara deu aulas de reforço de Matemática para alunos com déficit de aprendizagem: “Durante as minhas férias, eu dava aula de segunda época em Matemática. Eu peguei muito aluno, de segunda época, que detestava Matemática e que começou a gostar, chegando a cursar Contabilidade e, às vezes, [curso] Científico, e até Engenharia” (BECHARA, 2012, p. 8).

Após licenciar-se em Pedagogia, a professora Olga Bechara recebeu a atribuição de aulas de Matemática para as quatro séries do curso ginásial em uma escola pública estadual, localizada no município de São João da Boa Vista, interior do estado de São Paulo. Mais tarde, lecionou Matemática para classes experimentais em Socorro (SP) e na Escola Ascendino Reis, situada na capital paulistana.

No início de sua carreira docente, a professora Bernardete Gatti lecionou Matemática durante três anos no curso ginásial em uma escola pública estadual, localizada na cidade

de São Paulo, nos anos 1960. Sobre o trabalho com o ensino de Matemática no curso ginásial, a professora ressalta:

Eu tenho memória de alunos maiores que eu [risos]. E do espanto de quando eles me viram pela primeira vez. Eu procurei mostrar que a Matemática era interessante. Porque dar aula para aluno noturno, que trabalha, não era fácil... Em geral, eram alunos mais velhos que os do diurno. Eu procurei mostrar que a Matemática estava na vida. Nós tínhamos um currículo obrigatório e tínhamos que seguir. Mas, por exemplo, você vai apresentar uma Equação do 1º Grau, você pode apresentar com uma brincadeira, com problema, mostrando como a equação resolve, para depois fazer as demonstrações. O clássico era você chegar, demonstrar, derivar as coisas e dar exemplos. Eu fazia ao contrário! Eu levava um problema e começava a perguntar como eles resolveriam. Às vezes, eles resolviam pela lógica. Aí eu mostrava que tinha uma forma mais simples de resolver... Enfim, eu procurava trazer isso aí! (GATTI, 2012, p. 9).

Em depoimento à pesquisa de CRUZ (2008), a professora Leonor Maria Tanuri, licenciada em Pedagogia pela FFCL-Marília (1961-1964), declara que também lecionou Matemática, no início de sua carreira, docente durante três anos em uma cidade do interior do estado de São Paulo:

(...) eu fui logo para a matemática porque eu tinha estudado dois anos de Complementos de Matemática e essa era uma matéria que eu sabia. Eu sabia matemática, talvez mais do que as disciplinas que eu tinha aprendido. Dei aula de Matemática durante três anos no ginásio (TANURI in CRUZ, 2008, p. 282).

A atribuição de aulas nas áreas de Matemática, História e Filosofia foi uma prática comum entre os primeiros pedagogos formados no Brasil, conforme indicam os depoimentos. Essa prática docente marcou esse período histórico e demonstra como uma única disciplina – amálgama, no dizer de GOODSON (2001) – apresentava-se como uma verdadeira habilitação docente ao pedagogo. As tensões geradas pelas forças desses grupos, em embate com tradições arraigadas, irão mostrar a instabilidade e a oscilação da formação do pedagogo em torno da Matemática.

A extinção da disciplina: a perda da licença ao ensino de Matemática

O primeiro currículo do curso de Pedagogia permaneceu em atividade ao longo de duas décadas, quando, então, ocorreu a primeira reformulação curricular (Parecer CFE n. 251/62), que buscou aliar o bacharelado e a licenciatura no mesmo currículo. Com a primeira reformulação, a disciplina Complementos de Matemática foi extinta do currículo, desaparecendo da formação mínima proposta ao pedagogo.

Em razão da nova configuração curricular, o Ministério da Educação aprovou a Portaria n. 341/65, expedindo um novo registro para os professores licenciados por Faculdades de Filosofia. A partir de 1965, somente poderia lecionar Matemática os professores licenciados em Matemática (para o 1º e 2º ciclos do curso secundário), em Química (para o 1º ciclo do curso secundário) e em Ciências (para o 1º ciclo do curso secundário). Desse modo, apenas os licenciados em Química mantiveram a licença para lecionar Matemática no 1º ciclo, e aqueles com licenciatura em Pedagogia e Ciências Sociais a perderam.

Ao pedagogo foi concedida a licença para lecionar Sociologia ou Estudos Sociais, Psicologia e as matérias pedagógicas dos cursos de formação de professores do ensino primário (BRASIL. Portaria n. 341/65). Se, por um lado, houve uma nova atribuição de disciplinas ao pedagogo, por outro, a perda do registro definitivo para o ensino de Matemática, História e Filosofia gerou desconforto àqueles que pleiteavam tal registro. A consulta aos pareceres emitidos pelo Conselho Federal de Educação auxiliou na compreensão de tais rupturas. Pode-se citar o caso de uma instituição particular do interior do estado de São Paulo que, mesmo tendo mantido a disciplina Complementos de Matemática no currículo após a reformulação curricular, teve negado o direito ao registro em Matemática para os licenciados em Pedagogia, tendo como base a nova regulamentação emitida pela Portaria n. 341/65 (BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Pareceres números 552/66 e 767/68).

Destaca-se o caso de quatro professoras licenciadas em Pedagogia no ano de 1967, que solicitaram ao Conselho Federal de Educação o registro em Matemática após obterem aprovação em concurso público para professor de Matemática (1º ciclo) na rede pública estadual do Rio de Janeiro. Elas cursaram Pedagogia de acordo com o novo currículo mínimo (Parecer CFE n. 251/62), mas a disciplina Complementos de Matemática foi mantida na nova configuração curricular. O apelo dessas professoras ficou evidente, pois caso não recebessem o registro definitivo para a docência em Matemática no ensino ginasial seriam “(...) destituídas dos cargos para os quais foram nomeadas à custa de enormes sacrifícios” (BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 551/70, p. 265). Diante de tais justificativas, o parecer dado elas apoiou-se no princípio da equidade, proposto pelo Parecer CFE n. 171/67, alegando que o registro definitivo poderia ser concedido desde que o aluno tivesse ingressado no curso de Pedagogia antes da aprovação da Portaria n. 341/65.

Desse modo, a extinção da disciplina Complementos de Matemática do curso de

Pedagogia trouxe implicações para a própria formação do pedagogo, contribuindo para a indefinição de seu perfil identitário. No centro dos conflitos de interesses de diferentes grupos, observa-se a presença marcante da contestação, da fragmentação e da mudança, características apontadas por GOODSON (1997, 2001) na construção social do currículo.

Considerações finais

A fase inicial do curso de Pedagogia (1939-1961) situa-se em um período de grandes transformações culturais e educacionais. A criação desse curso ocorreu num contexto histórico em que foram empreendidas importantes iniciativas no campo educacional, entre elas, o desenvolvimento de experiências apoiadas na proposta escolanovista desenvolvida nos Institutos de Educação nos anos 1930. Centrado em um currículo de formação humanista e nos estudos clássicos de educação, o curso de Pedagogia voltou-se, inicialmente, para a formação de técnicos educacionais e professores de Escolas Normais.

Nos primeiros anos de atividade das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais foram os únicos que apresentavam a disciplina Estatística em seus currículos de bacharelado. Embora o curso de Pedagogia previsse a oferta de Estatística Educacional no 1º ano, a análise dos anuários e programas de ensino aponta que tal disciplina foi oferecida no 2º e 3º anos do curso de Pedagogia de algumas instituições. No curso de Ciências Sociais, constava Estatística Geral no 2º ano e Estatística Aplicada no 3º ano. Desse modo, fica evidente que a disciplina Complementos de Matemática foi oferecida aos alunos de 1º ano dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais a fim de dar uma base conceitual da Matemática, facilitando a aprendizagem dos futuros cálculos da Estatística. Isso reforça o *status* de Estatística na formação do pedagogo e do sociólogo naquele contexto histórico. De acordo com as análises de GOODSON (1997), a gênese da disciplina Complementos de Matemática estaria intimamente relacionada à necessidade imediata de facilitar o estudo dos cálculos da Estatística.

Embora fosse proposta para o 1º ano do curso de Pedagogia, algumas instituições ofereciam Complementos de Matemática nos dois primeiros anos do curso, conforme o depoimento de Leonor Maria Tanuri (CRUZ, 2008), realçando a necessidade de haver uma base conceitual para a formação do pedagogo.

Embora tenha feito parte da grade curricular dos cursos de Pedagogia, estando a serviço da Estatística Educacional, a disciplina Complementos de Matemática favoreceu a ampliação do campo profissional do pedagogo, pois o habilitou à docência em Matemática no ensino ginásial. A carência de professores licenciados por Faculdades de Filosofia deu a permissão efetiva aos dos diversos cursos, permitindo uma carreira docente, inclusive na efetivação em concursos públicos.

Desse modo, a concepção de ensino, naquele contexto, pautava-se no domínio dos conteúdos curriculares para o exercício da docência. A fundamentação teórica em Complementos de Matemática, História da Filosofia, História da Educação e Filosofia da Educação, disciplinas integrantes da grade curricular dos cursos de Pedagogia, concedia ao pedagogo a permissão para a docência em Matemática, História e Filosofia no curso secundário.

Embora Complementos de Matemática tenha perdido espaço na formação do pedagogo com a primeira reformulação curricular (Parecer CFE n. 251/62), há registros da oferta de disciplinas semelhantes em épocas posteriores. No caso do curso de Pedagogia da PUC-SP, a disciplina Complementos de Matemática foi oferecida até 1961, com carga horária de 90 horas e, de 1963 a 1970, Matemática para Estatística, com carga horária de 60 horas (REIS, 1998). Nos anos 1980, o curso de Pedagogia da Unicamp ofereceu Matemática para Ciências Humanas I (MA-106), que precedia Estatística Metodológica (ME-396) no núcleo de disciplinas comuns a todas as habilitações do curso de Pedagogia (Unicamp, 1980). A oferta dessas disciplinas que precediam o estudo da Estatística fundamenta-se na concepção de haver uma base conceitual necessária à formação do pedagogo.

Conforme aponta GOODSON (1997), o currículo deve ser compreendido como uma construção social, em um território de “contestação, fragmentação e mudança” (GOODSON, 1997, p. 27) e não a partir de uma lógica evolucionista. A extinção de Complementos de Matemática da formação do pedagogo ocorreu em razão dos novos objetivos propostos ao curso de Pedagogia. A partir de 1962, a composição de um novo currículo mínimo, por meio da atribuição de novas disciplinas, fez emergir outras funções do pedagogo. O curso de Pedagogia apoiaria “os primeiros ensaios de formação superior do professor primário” (BRASIL. Parecer CFE n. 251/62, p. 61).

Formar o professor dos anos iniciais em nível superior é uma prática almejada desde as primeiras décadas do século 20 (TANURI, 2000). Depois de passar por algumas reformulações curriculares, o curso de Pedagogia assumiu como função primordial a

formação inicial de professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (Resolução CNE n. 01/2006). A proposta vigente do curso de Pedagogia de formar o professor dos anos iniciais tem suscitado diversas pesquisas em torno dessa temática. Uma delas é o mapeamento realizado acerca das propostas curriculares dos cursos de Pedagogia de todo o país (GATTI e NUNES, 2009). Tal pesquisa constatou que as disciplinas de instrumentação compõem o núcleo de conhecimentos relativos à formação profissional específica. Suas ementas registram grande preocupação com o “porquê” de ensinar e apresentam, de forma muito incipiente, “o quê” e “como” ensinar. No contexto atual, faltam disciplinas específicas de “conteúdos substantivos” na formação dos professores dos anos iniciais, pois há a concepção de que tais conteúdos permanecem “implícitos nas disciplinas relativas às metodologias de ensino, ou na concepção de que eles são de domínio dos alunos dos cursos de formação” (GATTI e NUNES, 2009, p. 33). A pesquisa de GATTI e NUNES (2009) segue a mesma direção da pesquisa de LIBÂNEO (2010), quando afirma que há um descompasso na formação dos professores do ensino fundamental, pois os:

[...] professores dos anos iniciais do ensino fundamental, que precisam dominar conhecimentos e metodologias de conteúdo muito diferentes, como Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e, às vezes, Artes e Educação Física, não recebem esses conteúdos específicos em sua formação, enquanto os professores dos anos finais, preparados em licenciaturas específicas, passam quatro anos estudando uma só disciplina, aquela em que serão titulados (LIBÂNEO, 2010, p. 580-581).

Desse modo, o estudo da história do currículo do curso de Pedagogia pode fornecer subsídios para a discussão acerca da inclusão/exclusão de disciplinas. A oscilação do papel da Matemática está no centro de uma ampla questão que envolve a própria identidade profissional do pedagogo.

Referências

ANDREOTTI, A. L. (2006). A administração escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1964). *Revista HISTEDBR Online*. Número especial. Campinas. Ago. p. 102-123. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8_22e.pdf>. Acesso em 7 out. 2011.

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto “Sedes Sapientiae” para o ano de 1943. São Paulo, 1943.

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto “Sedes Sapientiae” para o ano de 1946. São Paulo, 1946.

- BECHARA, O. T. (2012). Entrevista concedida. São Paulo, 29 mar. 2012.
- BITTENCOURT, C. (org.). (2003). Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de, RANZI, Serlei Maria Fischer. História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1939). Decreto-lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. In: NÓBREGA, Vandick Londres da. Enciclopédia da Legislação do Ensino. Rio de Janeiro, s.n., v. 1, p. 562-570, s.d.
- _____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1941). Decreto-Lei n.º 3.454, de 24 de julho de 1941. Dispõe sobre a realização simultânea de cursos nas faculdades de filosofia, ciências e letras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3454-24-julho-1941-413403-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 jan. 2013.
- _____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1954). Portaria n.º. 478, de 08/06/1954. Dispõe sobre o registro dos licenciados por Faculdades de Filosofia para o exercício do magistério no curso secundário. In: NÓBREGA, Vandick Londres da. Enciclopédia da Legislação do Ensino. Rio de Janeiro, s.n., v. 1, p. 1018-1019, s.d.
- _____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1965). Portaria n.º. 341, de 01/12/1965. Dispõe sobre o registro de professor do ensino médio licenciado por Faculdade de Filosofia. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 101, p. 142-144.
- _____. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1962). Parecer n.º 251/62. Fixa o currículo mínimo e a duração do curso de Pedagogia. Documenta. n.º 11, p. 59-66.
- _____. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1966). Parecer 552/66. Registro em Matemática para os licenciados em Pedagogia. Documenta. n. 62, nov., p. 29-31.
- _____. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1968). Parecer 767/68. Registro definitivo para lecionar Matemática de licenciados em Pedagogia. Documenta. n. 95, dez. 1968, p. 128-129.
- _____. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1970). Parecer 551/70. Registro definitivo como professores de Matemática, licenciados em Pedagogia. Documenta. n. 117, ago., p. 264-269.
- _____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2006). Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 10 fev. 2013.
- BRZEZINSKI, I. (2010). Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. 9. ed. Campinas: Papirus.
- CASTRO, A. D. (1973). Redefinição da Didática. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 59, n. 129, p. 1-20.
- CERTIFICADO DE REGISTRO DE PROFESSOR LICENCIADO POR FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS (1958). Arquivo Pessoal de Olga Thereza Bechara.
- CHAVES, E. O. C. (1981). O curso de Pedagogia. Caderno CEDES. São Paulo, n. 2, p. 47-69.
- COELHO, J. M. (1987). Curso de pedagogia: a busca da identidade. Formação do

- educador: a busca da identidade do curso de Pedagogia. Brasília, INEP, p. 9-15.
- CRUZ, G. B. (2008). O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de pedagogos primordiais. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: PUC/RJ.
- FARIA FILHO, L. M. (1998). A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica.
- GARNICA, A. V. M. (2004). História Oral e Educação Matemática. In: BORBA, M. (org.). Pesquisa qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica. Coleção Tendências em Educação Matemática. p. 77-98.
- _____. (2010). Outras inquisições: apontamentos sobre História Oral e História da Educação Matemática. Revista Zetetiké. V. 18, n. 34, jul/dez., p. 259-303.
- GATTI, B. A. (1993). A identidade do pedagogo. Educação & Companhia. Teresina. Vol. 5.
- _____. (2012). Entrevista concedida. São Paulo, 02 jul. 2012.
- GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (2009). Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. Coleção Textos FCC. V. 29. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- GOODSON, I. (1997). A construção social do currículo. Lisboa: Educa.
- _____. (2001). O currículo em mudança. Porto: Porto Editora.
- LIBÂNEO, J. C. (1996). Que destino os educadores darão à Pedagogia? PIMENTA, S. G. (Coord.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez.
- _____. (2010). O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. V. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez.
- MACEDO, E. (2001). Aspectos metodológicos em História do Currículo. In: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (orgs.). Pesquisa do/no cotidiano das escolas. Rio de Janeiro: DP&A.
- MENDONÇA, A. W. P. (1981). Algumas idéias para a reformulação do curso de Pedagogia. A formação do educador: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC/RJ, p. 1-12.
- MONARCHA, C. R. (1992). As três fontes da pedagogia científica: a psicologia, a sociologia e a biologia. Didática (UNESP/Marília), São Paulo, v. 28, p. 41-49.
- PASSOS, C. M. B. (2005). Elaboração dos novos currículos das licenciaturas: negociações, disputas e relações de poder. 28ª Reunião Anual da ANPED. GT 12: Currículo. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>>. Acesso em 10 jan. 2013.
- PROGRAMA DE ENSINO DE COMPLEMENTOS DE MATEMÁTICA (1951). Curso de Pedagogia. FFCL-Campinas. Arquivo Pessoal Olga Thereza Bechara.
- REIS, A. T. (1998). A história da disciplina História da Educação do curso de Pedagogia da PUC/SP. Dissertação (Mestrado em História, Política e Sociedade). São

Paulo: PUC/SP.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (1965). Aspectos da expansão quantitativa do ensino no Brasil. n. 101, p. 115-123.

SILVA, C. S. B. (1999). Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas: Autores associados.

TANURI, L. M. (2000). História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação. n. 14, p. 61-88.

_____. Entrevista. In: CRUZ, G. B. (2008). O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de pedagogos primordiais. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: PUC/RJ.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1943). Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para 1943. São Paulo: Seção de Publicações.

_____. (1953). Curso de Pedagogia: Programas para 1953. São Paulo: Seção de Publicações.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (1980). Catálogo dos cursos de graduação 1980. Campinas: UNICAMP.

VILELA, C. L.; TORRES, M. X.; FERREIRA, M. S.; FONSECA, M. V. R. (2011). A pesquisa em história das disciplinas e história do currículo: investigando a recente produção brasileira. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil. Vitória (ES), p. 1-11.

ZICCARDI, L. R. N. (2009). O curso de Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: uma história de sua construção/desenvolvimento/legitimação. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática. São Paulo.

Recebido: 19/11/2013

Aceito: 25/03/2014